



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
SECRETARIA M. DE PROJETOS ESPECIAIS

ESTUDOS TÉCNICOS PARA CRIAÇÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO MUNICIPAL

PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE BOM JARDIM

O presente documento atende o § 2º do art. 22 da Lei Federal 9985 de 18 de julho de 2000, que estabelece que “a criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de **estudos técnicos** e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade”.

CARACTERIZAÇÃO REGIONAL

HISTÓRIA

Há notícias de que nas terras onde se localiza o município, no reverso da Serra dos Órgãos, habitavam os índios Puris, hoje extintos (LAMEGO, Antônio Ribeiro. O Homem e a Serra. IBGE, 1945). A região compunha, no século XVIII, um complexo conhecido como “sertões proibidos”, isto é, caminhos nos quais era proibido transitar. A proibição tinha a intenção de impedir o contrabando de ouro. Assim, foram mandadas fechar trilhas e lavras não oficiais, que incluíram as trilhas que levavam a Cantagalo, ao qual pertencia a região onde hoje se localiza a cidade de Bom Jardim (1º Distrito do Município).

O município tem, assim, sua origem ligada ao caminho dos tropeiros que se dirigiam às minas da região de Cantagalo. Por ser uma região localizada num belo vale de muitas formações rochosas, há notícias de que teria sido utilizada tanto para pouso de tropas quanto para refúgio seguro de bandos de salteadores e traficantes de ouro.

Segundo a tradição por volta dos anos 1770 e 1786, garimpeiros clandestinos, dirigidos por Manoel Henriques (Mão de Luvas), lavraram os leitos dos córregos afluentes dos rios Negro, Macuco e Grande, em busca do precioso metal. Ainda nos dias atuais, cavernas naturais ao longo do Rio Grande e do rio São José, são reconhecidas (desde os tempos mais remotos) por “furnas do Mão-de-Luva”.

Por volta do século XIX iniciaram os primeiros núcleos dessa região, pois nesse período apareceram as primeiras notícias sobre o estabelecimento das primeiras colônias agrícolas.

O primeiro núcleo populacional estável da região surgiu onde hoje se localiza o distrito de São José, na zona compreendida pela Serra dos Órgãos, o interior da província, verificada em princípios do século citado. Foi autorizada a construção de uma igreja, que por força do Decreto nº. 969 de 13 de outubro de 1857, o que marcava a existência de uma freguesia – divisão administrativa da época – então ligada ao município de Nova Friburgo.

“Art. 1.º —

Fica erecta em freguezia com a mesma invocação, — a capella de São José do Ribeirão no municipio de Nova Friburgo.

Art. 2.º — A nova freguezia terá por limites, de um lado as vertentes do ribeirão Santo Antonio, a linha dos numeros coloniais, a fazenda Imperial, as vertentes da Pedra Branca e Rosario; e, de outro lado, os actuais limites da freguezia de São João Baptista de Nova Friburgo.”

As terras da nova freguesia, férteis e boas, principalmente para o cultivo do café, começaram a ser ainda mais procuradas e disputadas por agricultores nacionais e estrangeiros. Com o trabalho barato do elemento negro escravizado se tornaram nessas terras, patrimônios rurais valiosíssimos.

Porém, a freguesia de São José de Nova Friburgo – como surgiu registrada – perdeu sua preponderância na região. Devido a passagem das linhas férreas pelo povoado de Bom Jardim que seguiria até Cantagalo, importante salientar que as linhas passaram por Banquete e Bom Jardim por causa do relevo e não pelo medo dos fazendeiros da freguesia de São José que as fagulhas do trem poderiam queimar as lavouras cafeeiras.

Por deliberação do governo, em 21 de novembro de 1887 foi criado o Distrito de Paz de Bom Jardim, ligado à freguesia do Santíssimo Sacramento de Cantagalo. Os limites na freguesia do Santíssimo Sacramento de Cantagalo ficaram sendo os mesmos estabelecidos anteriormente para o distrito policial.

Assim, São José seguiu pertencendo a Nova Friburgo e Bom Jardim a Cantagalo.

Graças ao progresso trazido pela Estrada de Ferro, Bom Jardim entrou em fase de prosperidade, suplantando a de São José do Ribeirão.

Em 1888, com a vitória dos Abolicionistas, muito sofreu a vida econômica e social das duas regiões. Toda via, devido as facilidades de comunicação, Bom Jardim mais rapidamente se reergueu.

Com a proclamação da República em 1889 e as disputas políticas que se seguiram, muitas mudanças surgiram.

Em 1891, com a criação do município de Cordeiro, Bom Jardim passou a ser um de seus distritos e em julho do mesmo criou o Município de São José do Ribeirão, tendo sede na povoação do mesmo nome, desmembrada do território de Nova Friburgo.

Porém, a situação durou pouco tempo, com o Decreto nº.1, de 08 de maio de 1892, uma nova reforma administrativa extinguiu o município de Cordeiro e devolveu as terras de Bom Jardim para Cantagalo e também devolveu São José do Ribeirão para Nova Friburgo.

Era um período de grande instabilidade político-administrativa. Assim foi que já em dezembro de 1892, pela Lei nº 37 de 17 de dezembro de 1892, a situação novamente mudou: voltou a existir o município de São José do Ribeirão. O distrito de Bom Jardim deixou de pertencer a Cantagalo e passou a pertencer ao município de São José do Ribeirão que, no entanto, mudou de nome e de sede, passando a denominar-se Bom Jardim e a ter sede no antigo Distrito de Paz, onde até hoje se acha localizada a cidade.

Solução complicada para apaziguar os exaltados ânimos políticos da região. A 5 de março de 1893, dando cumprimento a Lei que o criara, foi estabelecido oficialmente o Município de Bom Jardim.

Passados alguns anos, o desenvolvimento da região favoreceu uma alteração administrativa na divisão territorial do Município. Por efeito da Lei nº 734, de 21 de dezembro de 1906, foi criado mais um distrito de paz no Município de Bom Jardim, sob a designação de 3.º, denominado Barra Alegre.

No final ano de 1924, a Lei nº.1913, veio a criar novo distrito em Bom Jardim. Segundo o texto desse Decreto, a sede seria no local denominado “Banquete”.

A vila de Bom Jardim recebeu foros de cidade em virtude da Lei estadual nº. 2335, datada de 27 de dezembro de 1929.

No dia 31 de dezembro de 1943, por lei Estadual nº 1.056 o município passou a chamar-se Vergel, em contragosto da população, denominação que perdurou até 20 de junho de 1947, quando uma nova lei Estadual devolveu ao município seu antigo nome de Bom Jardim que continua até hoje.

No âmbito econômico as principais atividades estão voltadas para Agricultura, Pecuária, Confeccões, Indústrias e Prestação de Serviços. A Região tem forte tradição agrícola e é um dos maiores produtores de café da

região, forte fornecedor de hortaliças, e de legumes, com a ênfase no inhame, amplamente produzido no distrito de Barra Alegre.

Na década de 1980 já fora classificado como maior produtor mundial de inhame (por hectare quadrado). É influenciado pelo forte polo industrial de lingerie da região de Nova Friburgo. É comum haver produção de insumos para aquela indústria, e também muitas fábricas no município que prestam serviço terceirizado para as fábricas maiores das cidades vizinhas. Há cerca de 15 anos há um projeto de instalação de grandes indústrias na cidade, principalmente no 4º distrito, de Barra Alegre. Já há um campo de capacidade de cerca de oito grandes fábricas, e política de incentivos fiscais para as fábricas lá se instalarem e urbanizarem a região. Há hoje nesse campo 4 fábricas, do setor de bebidas e produtos plásticos, além de fábricas menores em toda a cidade, principalmente do ramo têxtil e alimentício.

ASPECTOS SOCIAIS

Nos aspectos sociais sobre Bom Jardim, são abordadas questões relacionadas à demografia, infraestrutura, educação, saúde e saneamento básico. No que tange à demografia, a população aferida no Censo do IBGE de 2010 foi de 25.333 habitantes. A densidade populacional é de aproximadamente 66 hab/Km². A distribuição da população nos distritos é ilustrada no Gráfico 1.

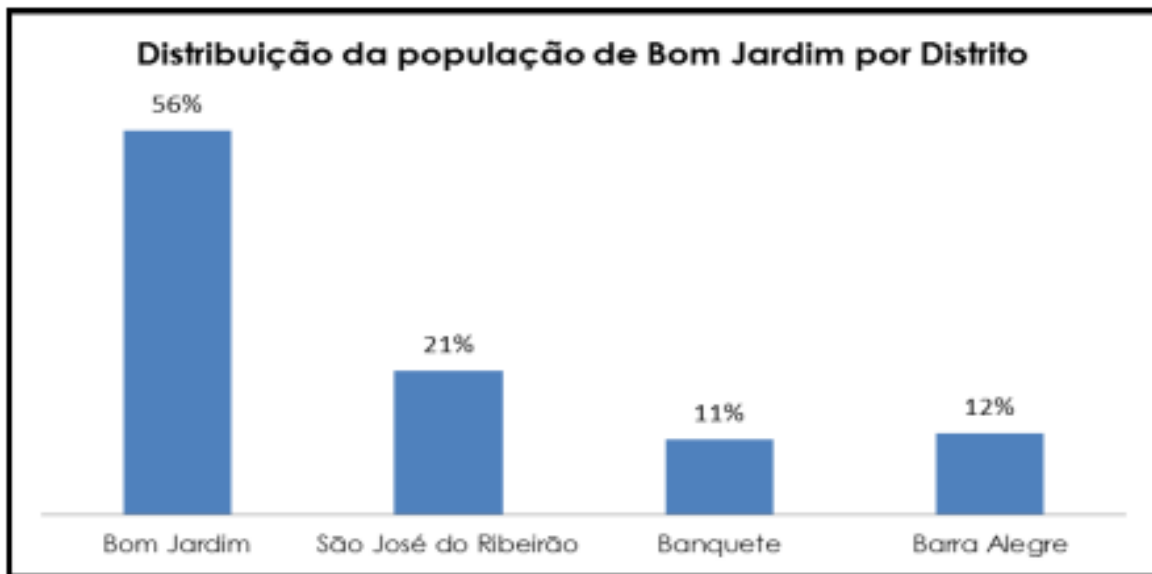


Gráfico 1- Distribuição da população de Bom Jardim por Distrito
 Fonte: elaboração com base dos dados do CENSO IBGE 2010.

No que tange a infraestrutura, Bom Jardim conta com uma boa estrutura, capaz de atender a população e aos visitantes. No centro da cidade há supermercados, restaurantes, quiosques e quadras esportivas. Há hotéis e pousadas, que acolhem os visitantes, além de pousadas na zona rural, nos outros distritos. Há ainda uma Delegacia de Polícia Civil, vários postos da Polícia Militar, inclusive nos distritos (providos pelo 11º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, de Nova Friburgo), e um grupamento do Corpo de Bombeiro Militar do Estado do Rio de Janeiro. No que tange à educação, dados do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro (2011) indicam que o número total de matrículas nos ensinos infantil, fundamental e médio em Bom Jardim, em 2009, foi de 6.001 alunos, tendo evoluído para 6.125 em 2010, apresentando variação de 2,1% no número de estudantes. Até 2010 os níveis de ensino no município são ensino infantil, pré-escola, ensino fundamental, ensino médio e ensino de jovens e adultos. Tais afirmativas são ilustradas nas Figuras 7 e 8, que explicitam dados sobre os números de escolas por série e número de matrículas no Município de Bom Jardim, referentes ao ano de 2010, disponibilizados pelo Instituto brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tais ilustrações permitem ainda uma comparação da educação no Município em relação ao Estado do Rio de Janeiro e ao País.

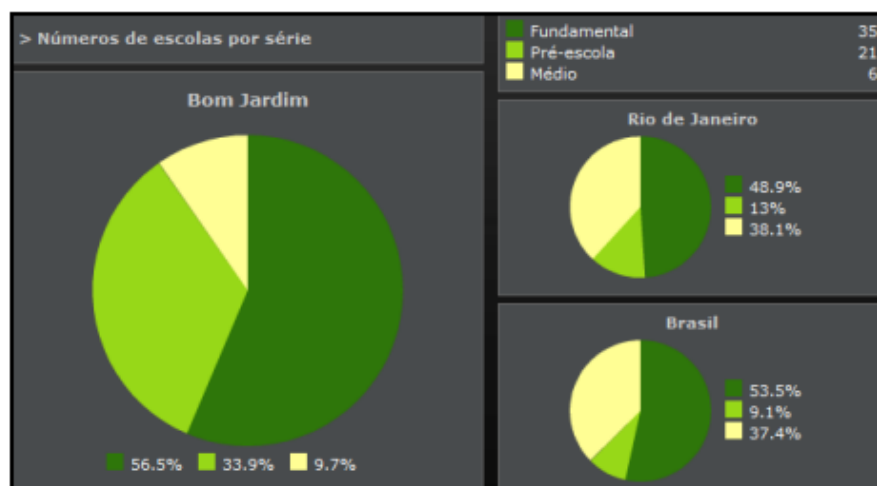


Figura 7 - Números de escolas por série no Município de Bom Jardim-RJ
Fonte: IBGE Cidades - data base 2010

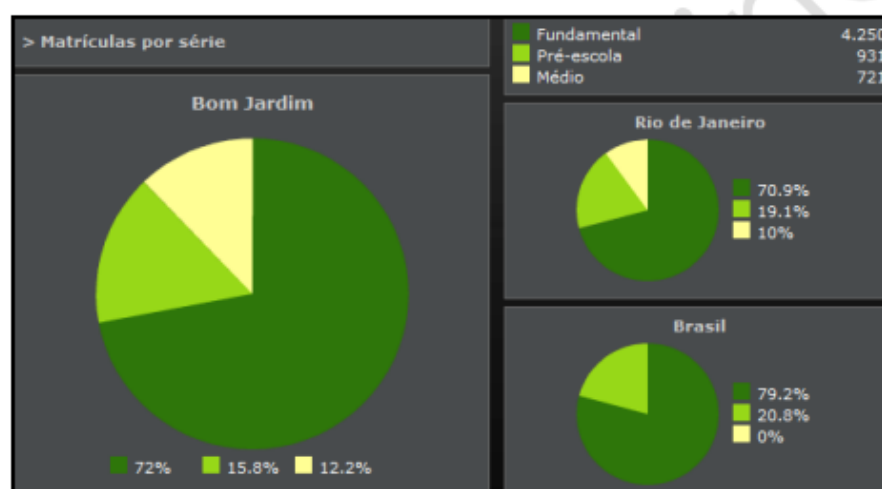


Figura 8 - Números de matrículas por série no Município de Bom Jardim-RJ
Fonte: IBGE Cidades - data base 2010

Entre as escolas, pode-se destacar no centro urbano a Escola Municipal Armando Jorge Pereira de Lemos, a Escola Municipal Moreira Franco, O Colégio Estadual Ramiro Braga, o CIEP 322 - Mozart Cunha Guimarães, o Colégio Santo Agostinho, a Creche Escola Universidade da Criança, além de outras creches, e cerca de mais 30 escolas, entre municipais e estaduais, na zona rural. Apesar de não haver instituição de Ensino Superior na cidade, existem a alguns anos políticas por parte da municipalidade de acessibilidade a elas, como fretamento de ônibus e cursos telepresenciais. As cidades vizinhas, como Nova Friburgo e Cantagalo; cidades da Região dos Lagos, como Rio das Ostras; e do centro metropolitano fluminense, como Duque de Caxias, Rio de Janeiro e Niterói são os principais destinos dos estudantes de Bom Jardim que buscam o Ensino Superior. No que tange à saúde, cabe primeiramente ressaltar que a atenção à saúde no Estado do Rio de Janeiro obedece a uma

regionalização para escalonar o nível de atendimento ao cidadão, desde os procedimentos simples e ambulatoriais até os de média a alta complexidade. Nesse sentido, foram estabelecidos centros de referência para as ações de maior complexidade. Todo o sistema segue uma programação que deve ser integrada e objeto de um pacto entre as diversas secretarias de saúde envolvidas. A regionalização é responsável por estruturar e regular esse processo de descentralização das ações e serviços de saúde. A regionalização no Estado do Rio de Janeiro é apresentada na Figura 9. Bom Jardim pertence à regionalização da Região Serrana.



Figura 9 – Divisão político administrativa do ERJ em regiões de saúde
 Fonte: TCE. 2011

Outro ponto importante a ser abordado é a inserção do Município no “Pacto pela Saúde”. Iniciado em 2006, o Pacto pela Saúde é um conjunto de reformas institucionais ajustados entre União, Estados e Municípios com o objetivo de promover inovações nos processos e instrumentos de gestão, visando a alcançar maior eficiência e qualidade das respostas do SUS, ao mesmo tempo em que redefine as responsabilidades de cada gestor. A implementação do Pacto pela Saúde se dá pela adesão dos entes federados ao Termo de Compromisso de Gestão – TCG que substitui os processos de habilitação das várias formas de gestão anteriormente vigentes e estabelece metas e compromissos para cada ente da federação, sendo renovado anualmente. Dos dezesseis municípios da Região Serrana, seis aderiram ao Pacto pela Saúde entre junho de 2009 e novembro de 2010: Bom Jardim, Cachoeiras de Macacu, Carmo, Cordeiro, Santa Maria Madalena e Trajano de Moraes.

Mais um ponto importante relacionado à saúde do Município é o “Programa Saúde da Família” - PSF. O PSF, aliado ao dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS e ao das Equipes de Saúde Bucal – ESB, é compreendido como a estratégia principal para mudança do antigo modelo,

superando a antiga proposição de caráter exclusivamente centrado na doença para uma ação preventiva que deverá sempre se integrar a todo o contexto de reorganização do sistema de saúde.

CLIMATOLOGIA

Classificação de Koppen: Cfa.

Cfa (subtropical)	Chuvas bem distribuídas e verões rigorosos	Médias térmicas entre 17°C e 19°C.	Áreas mais baixas da região Sul (litoral e sul da região)
----------------------	--	--	---

O Estado possui um clima muito variado e com verões quentes. Na maior parte da Serra Fluminense, o clima é *tropical de altitude* (CfA), com verões chuvosos, e mais brandos que as áreas mais baixas, e invernos mais frios e secos. A temperatura média anual é de 18°C e as chuvas atingem de 1.500 a 2.000 mm anuais.

ECOSSISTEMA:

FLORESTA TROPICAL ATLÂNTICA (MATA ATLÂNTICA)

Na paisagem do Estado do Rio de Janeiro prevalece o domínio morfoclimático da Mata Atlântica, que originalmente abrangia cerca de 350 mil km² do território brasileiro, se estendendo ao longo das encostas e serras do litoral. Este bioma ocorre desde a extremidade sudeste do Estado do Rio Grande do Norte, passando por todos os Estados litorâneos até atingir uma estreita faixa no Rio Grande do Sul.

As florestas tropicais (Floresta Ombrófila Densa e Floresta Estacional Semidecidual) recobriam primitivamente 95% do espaço total deste bioma, onde encontra-se ainda encaves de florestas de Araucaria (Floresta Ombrófila Mista) e de cerrado, além de outros ecossistemas associados, como: mangues, restingas e campos de altitude.

A Mata Atlântica apresenta características de sazonalidade ao se estender por uma larga faixa de latitudes e altitudes, onde as condições climáticas são favoráveis ao desenvolvimento de florestas pluviais. A interação de brisas úmidas do Oceano Atlântico com as elevações costeiras proporcionam a ocorrência de chuvas orográficas, com as precipitações variando entre 1100 a 4500 mm anuais. O clima, desta forma, varia de tropical a subtropical dependendo da altitude, que vai do nível do mar até 2897 m.

A grande diversidade biológica é uma das principais características deste bioma, que lhe confere o status de um banco genético de natureza tropical, com alto grau de endemismo. A biodiversidade é um dos fatores que motivaram a tomada de ações mais intensas para a preservação da Mata Atlântica, que é uma das florestas tropicais mais ameaçadas do planeta, com uma área remanescente entre 3 a 4% da sua área original no país. As ações preservacionistas se intensificaram a partir do final da década de 80, com a declaração da Mata Atlântica, pela Constituição Federal; o tombamento da Mata Atlântica/Serra do Mar, equivalente a uma área de cerca de 5,91 mil km² no Estado do Rio de Janeiro em 1991; e o Decreto 750 de 93 que proíbe a remoção da vegetação primária da Mata Atlântica e ecossistemas associados, com exceção para casos de interesse público.

FITOFISIONOMIA

INFORMAR REGIÃO FITOECOLÓGICA:

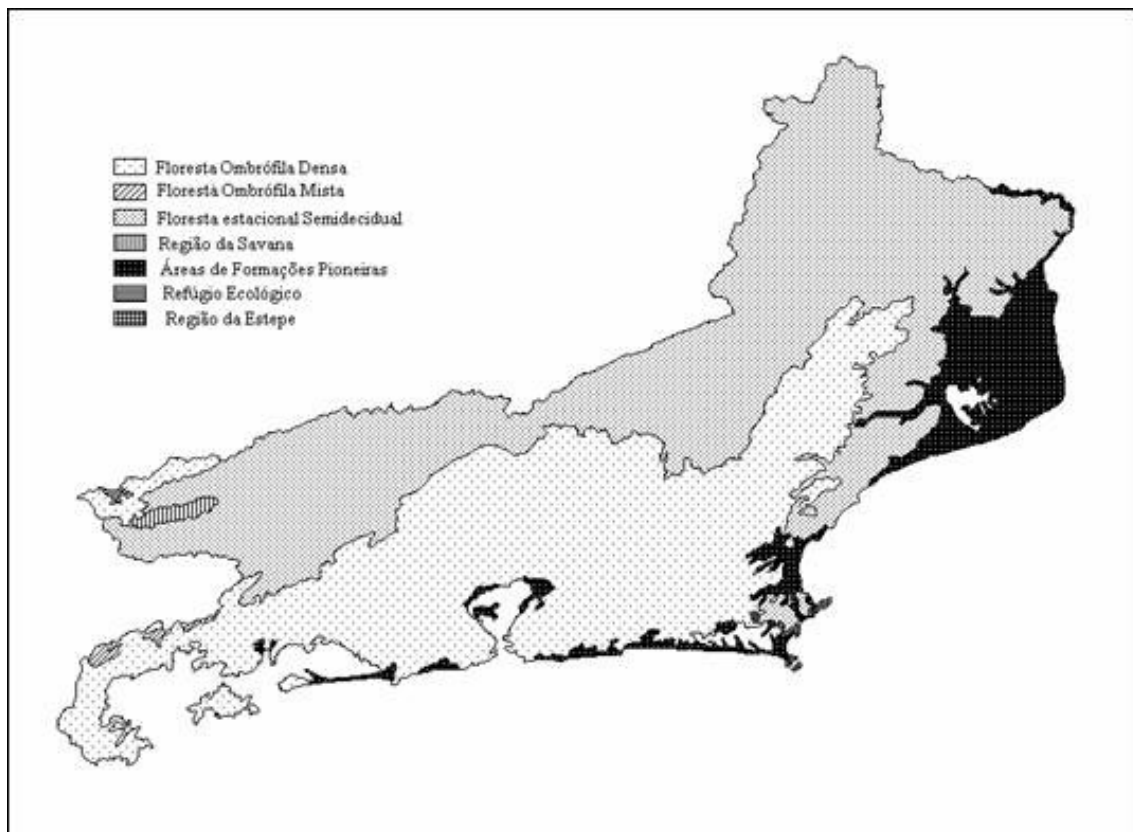
FLORESTA OMBRÓFILA DENSA (FLORESTA TROPICAL PLUVIAL)

Os ambientes de ocorrência deste tipo florestal, se caracterizam pela ausência de período biologicamente seco durante o ano, abrangendo as serras do Mar e Mantiqueira, em altitudes que variam desde o nível do mar até as superiores aos 1.500 m.

Embora grande parte dos ambientes de ocorrência deste tipo de vegetação se encontrem atualmente antropizados, é o que apresenta a maior área remanescente em todo o Estado, como poderá ser visto mais adiante. Os remanescentes desta vegetação apresentam diferenças na sua composição

florística de acordo com o posicionamento altimétrico. Assim, nas áreas com até 50 m de altitude são comuns: o tanheiro (*Alchornea triplineria*), sangue-de-drago (*Croton sp*), figueira-do-brejo (*Ficus organensis*), ipê-do-brejo (*Tabebuia sp*) no estrato dominante, e bicuíba (*Virola sp*), pindaíba (*Xylopia sp*), pau-jacaré (*Piptadenia gonoacantha*) e angico-branco (*Paraptadenia*) comuns no estrato dominante dentre outras espécies, o pau-de-tucano (*Vochysia tucanorum*), baguaçu (*Tahavena organnsis*), faveira (*Parkia sp*), jacatirão (*Miconia theaezans*), canelas (*Ocotea sp* e *Hectandra sp*), *Planthyenenia foliosa*, *Alchornea Triplinervia*, *Vochysia laurifolia*, *Cariniana excelsa*, *Clethra brasiliensis*, e a presença generalizada de imbaúba (*Cecropia sp*), Palmae (palmito, guaricanga, tucum), Pteridophytae (Samambaia e xaxim), Bromeliaceae e grande quantidade de epífitas e lianas.

Distribuição das regiões fitoecológicas no Estado do Rio de Janeiro

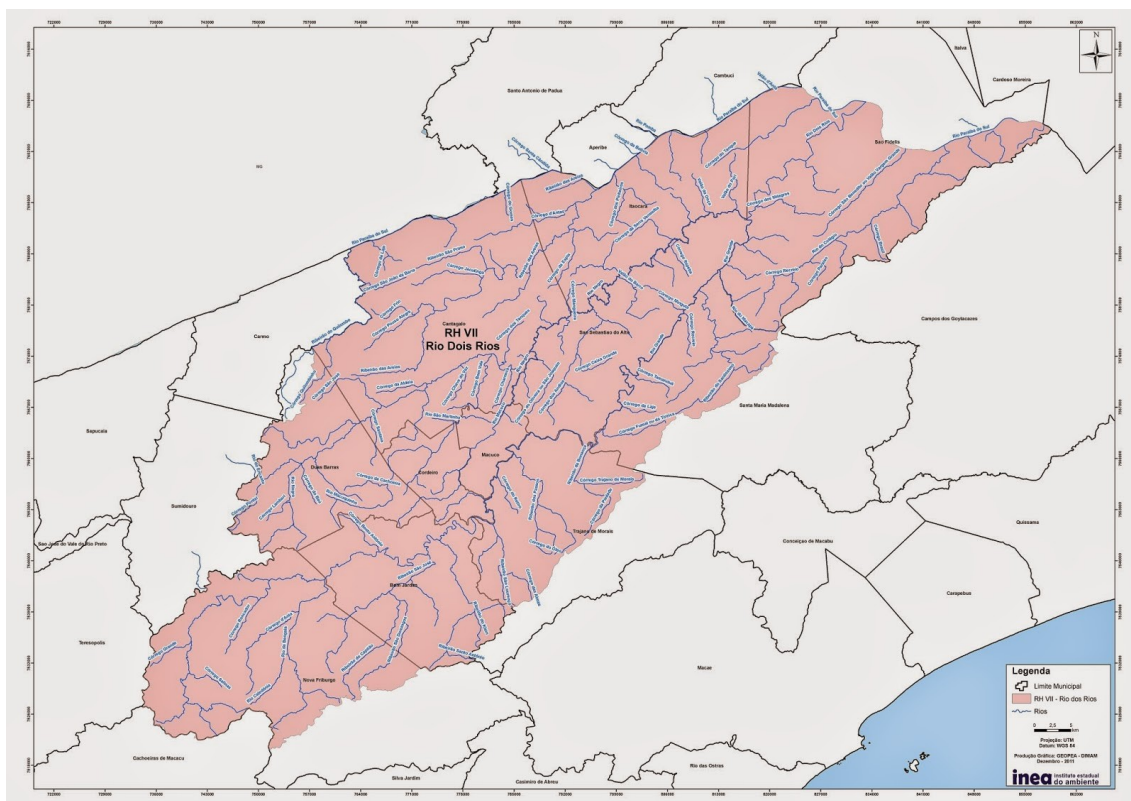


Fonte Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro - 1995

BACIA HIDROGRÁFICA

BACIA HIDROGRÁFICA RIO DOIS RIOS

A RH VII compreende os municípios de Bom Jardim, Duas Barras, Cordeiro, Macuco, Cantagalo, São Sebastião do Alto e Itaocara em suas totalidades e parcialmente os municípios Carmo, Nova Friburgo, Trajano de Moraes, Santa Maria Madalena e São Fidélis. As principais bacias hidrográficas



são: bacia do Rio Negro e Grande/Dois Rios, bacia do Ribeirão do Quilombo, Bacia do Ribeirão das Areias, Bacia do Rio do Colégio. A definição das regiões hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro foi estabelecida pela Resolução do Conselho Estadual de Recursos Hídricos n. 107 de 22 de maio de 2013

MICROBACIA HIDROGRÁFICA

MICROBACIA DE BOM JARDIM SEDE

As microbacias de Bom Jardim foram delimitadas por ato do CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, com participação de Representantes da Sociedade Organizada e Entidades como Emater/RJ.

A Microbacia Sede, a qual pertence a área, pode ser delimitada basicamente pelo percurso do Córrego Floresta até sua contribuição no Rio Grande (1º Distrito - Bom Jardim RJ). A área de estudo para a criação da UC municipal encontra-se justamente no ponto onde acontece deságüe.



PEDOLOGIA

DOMÍNIO MORFOESTRUTURAL DO PLANALTO ATLÂNTICO

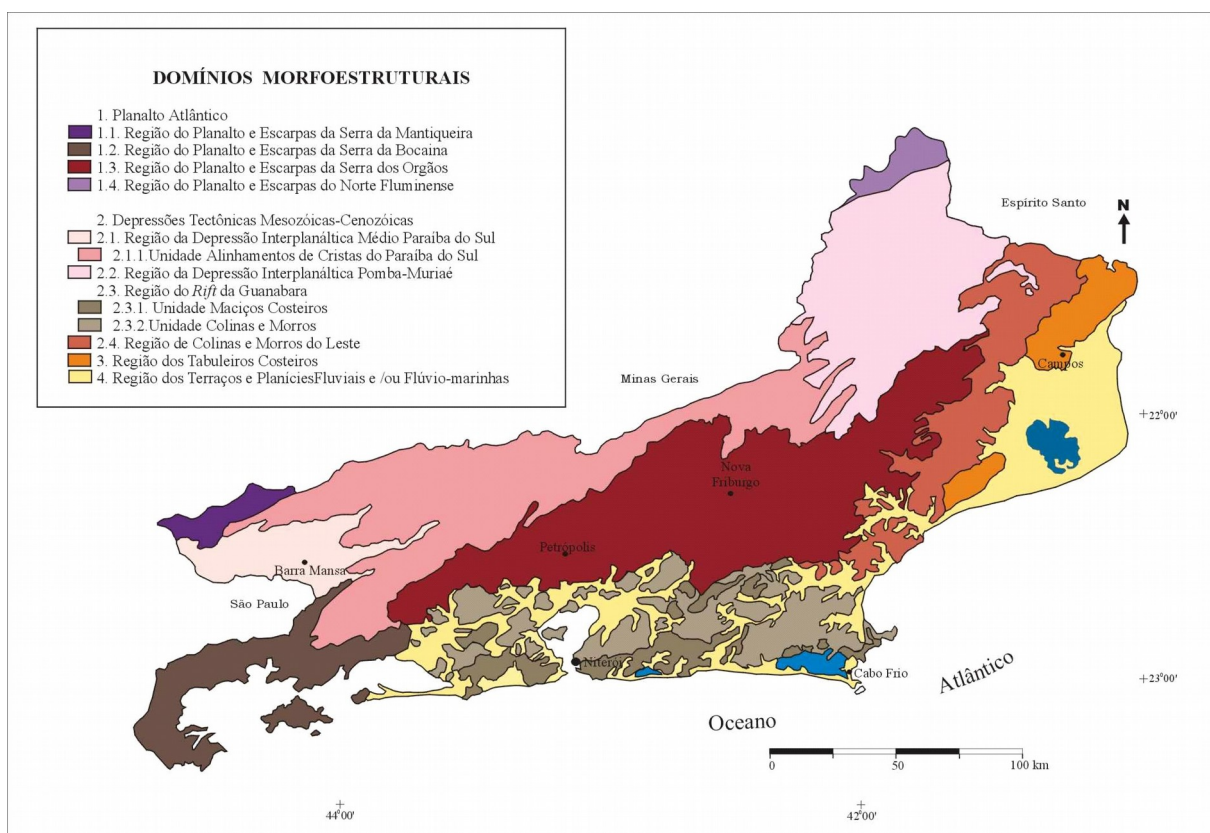
REGIÃO DO PLANALTO E ESCARPAS DA SERRA DOS ÓRGÃOS

“Reverso das colinas e maciços costeiros do Planalto da Serra dos Órgãos”

Unidade de Relevo: Unidade de terraços e planícies fluviais.

Planalto e Escarpas da Serra dos Órgãos: posicionada entre as Unidades Geomorfológicas de colinas/morros e maciços costeiros e Alinhamento de cristas Paraíba do Sul, a unidade morfoestrutural Planalto e Escarpas da Serra dos Órgãos se distribui continuamente de Itaguaí, a sul do Estado, até o município de Campos de Goitacazes, a norte. Aparece com grande significado para a área em estudo, por conter segmentos de grande representatividade areal e de altitudes elevadas, chegando a atingir 1700m. Os Degraus Escarpados das Serras de Paracambi, Pau Ferro e Tinguá/Serra do Couto

correspondem a ramificações para SW da região elevada da Serra dos Órgãos, mantendo orientação preferencial NE-SW, feições de facetas triangulares reconhecidas na região indicam a existência de um forte controle estrutural. Alguns compartimentos morfoestruturais de degraus escarpados apresentam um contato brusco e retilíneo com a Depressão Interplanáltica da Baía de Guanabara, orientados segundo a direção ENE-WSW a E-W e não reflete controle litológico ou estrutural do embasamento Pré-Cambriano (Penha et al., 1980; Ferrari, 1990). A presença das estruturas meso-cenozóicas com esta direção não é tão evidente, assumindo, principalmente, a direção NE-SW. Pode-se observar ainda como controle estrutural do embasamento pré-cambriano, a dissecação atual da paisagem seguindo a orientação preferencial NNE-SSW representada pela disposição dos compartimentos de Morros (M) e Degraus reafeiçoados (Dr), tanto na borda interiorana quanto para a borda voltado para o litoral. Este aspecto, define a feição de superfícies embutidas que podem ser visualizadas no mapa elaborado em trechos de alto curso de algumas bacias de drenagem.



Fonte: SILVA, 2002.

RELEVO / SOLO

As principais classes de solos que ocorrem na região são: Latossolo Vermelho distrófico típico (LVd); Latossolo VermelhoAmarelo distrófico típico (LVAd), Latossolo Amarelo distrófico típico e húmico (LAd), Latossolo Amarelo Ácrico típico e húmico São Paulo, UNESP, Geociências, v. 32, n.3, p.560-576, 2013 566 (LAW), Argissolo Vermelho-Amarelo distrófico típico e latossólico (PVAd), Argissolo Amarelo distrófico úmbrico e típico (PAd); Argissolo Vermelho distrófico típico e latossólico (PVd), Argissolo Vermelho eutrófico típico (PVe); Cambissolo Háptico Tb distrófico típico e úmbrico (CXbd), Cambissolo Flúvico Tb distrófico típico (CYbd), Neossolo Litólico distrófico típico (RLd), Neossolo Flúvico Tb distrófico típico (RYbd) e Gleissolo Háptico Tb distrófico típico (GXbd), como tipo de terreno Afloramento de Rocha. (AR).

Os solos identificados manifestam variações em suas características morfológicas, físicas e químicas, condicionadas pelo clima, relevo, material de origem e posição que ocupam na paisagem (Calderano Filho et al. 2009a) com enorme variabilidade em seus atributos.

As terras da área de estudo abrangem os dois principais domínios fisiográficos regionais, as baixadas e as terras altas. Face às diversas condicionantes do meio físico que integram a paisagem local, os vários ambientes que compõem essa paisagem foram separados em quatro feições geomorfológicas, inseridas nos domínios de relevo definidos por Dantas (2000) de morros elevados e domínio montanhoso, com ocorrência de alvéolos de relevo suave, subordinados ao domínio montanhoso. As quatro feições geomorfológicas são as seguintes: (1) serras alinhadas; (2) colinas e morros com encostas forte onduladas e montanhosas; (3) colinas e morros com encostas onduladas, suave onduladas e inclusões de forte onduladas e (4) áreas de baixadas (planícies fluviais), e áreas suavizadas da paisagem de alvéolos intermontanos (Calderano Filho 2012).

Nas baixadas, áreas de planícies fluviais e terraços, onde se incluem áreas de alvéolos, os solos predominantes são São Paulo, UNESP (Geociências v. 32, n.3, p.560-576, 2013 568), Neossolos Flúvicos Tb distróficos e Cambissolos Flúvicos Tb distróficos que ocorrem nas várzeas do

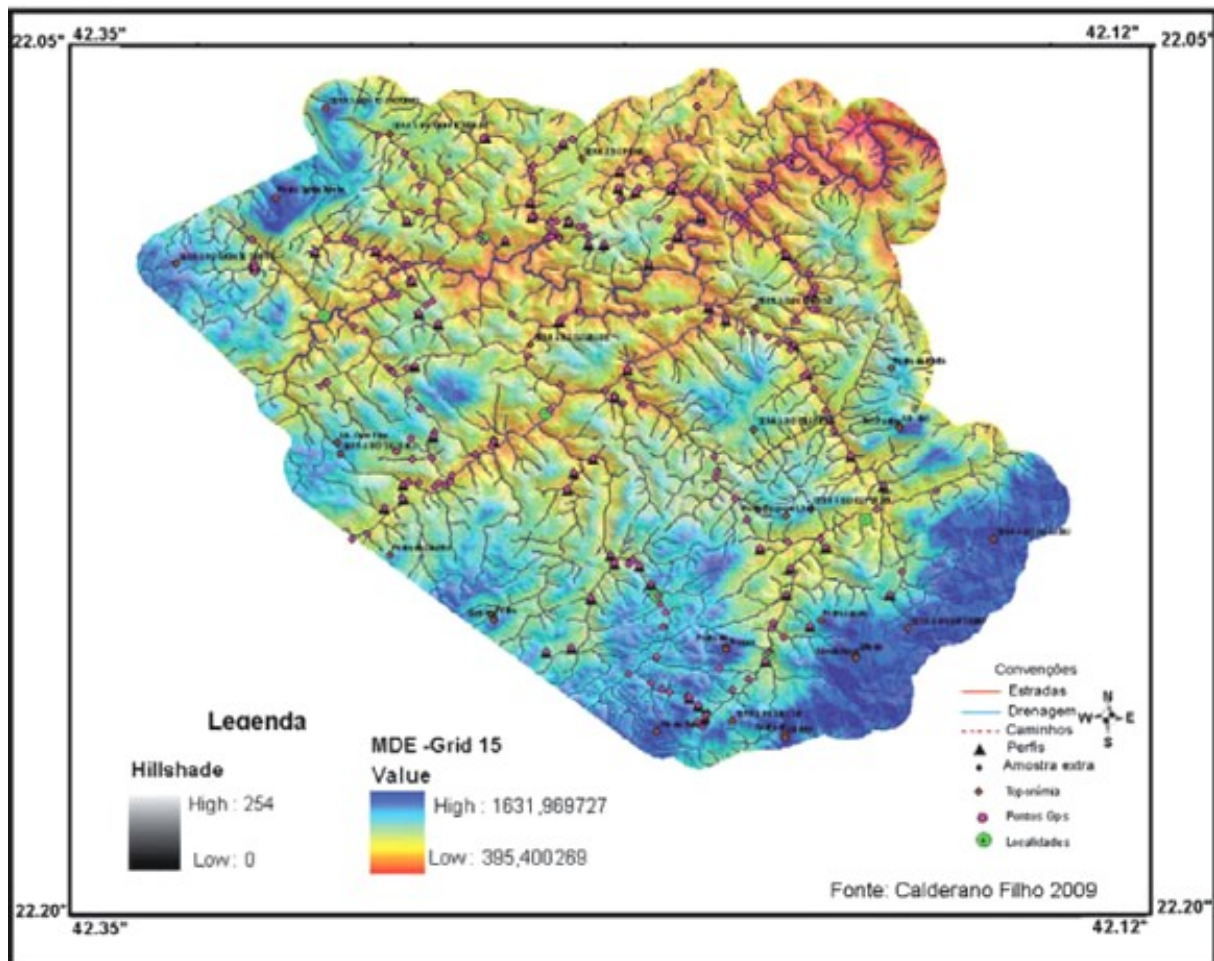


FIGURA 4: Modelo digital de elevação do município de Bom Jardim, Rio de Janeiro. rio Grande e, em menor proporção, foram identificados Gleissolos Háplicos Tb distróficos, ocupando junto com os Neossolos Flúvicos Tb distróficos, as partes mais baixas das várzeas.

Quanto aos impactos da antropização nos solos: As características, associadas, de relevo e solos dessa sub-bacia configuram uma situação crítica de vulnerabilidade do meio físico à erosão, especialmente no curso superior, onde o relevo apresenta grau de dissecação muito forte e densidade de drenagem muito fina.

HIDROGRAFIA

Ao longo do seu curso, o rio Grande sofre ainda com os impactos da atividade agrícola, mais expressiva nos municípios de Nova Friburgo, Bom Jardim e Trajano de Moraes. Observa-se que, apesar de possuir cerca de 29% de cobertura florestal, a bacia do rio Grande encontra-se em uma condição de fragilidade ambiental desde seu curso superior, devido aos impactos da ocupação urbana sobre relevo e solos, com forte erodibilidade.

A bacia de drenagem do rio Dois Rios, propriamente dita, após a confluência dos rios Negro e Grande, ocupa uma área inferior a 200 km². Deve-se verificar a necessidade de proteção das margens do rio, com a recuperação da APP, tendo em vista a ausência de florestas neste trecho e sua proximidade com o Paraíba do Sul.

Os principais problemas a serem solucionados através de ações estruturais e não-estruturais por meio do gerenciamento participativo dos recursos hídricos são: (i) Falta de saneamento básico, uma vez que quase na totalidade dos municípios o esgoto doméstico é lançado diretamente nos corpos d'água sem tratamento adequado; (ii)

Lançamento de efluentes industriais; (iii) Efluentes de atividades econômicas diversas como, por exemplo, pequenas indústrias e postos de gasolina; (iv) Ocupação desordenada das margens dos rios; (v) Agricultura com utilização intensiva de agrotóxico.

VEGETAÇÃO

As florestas remanescentes da bacia do rio Dois Rios ocupam cerca de 71.200 hectares no total, representando 22,5% de seu território. No entanto, não é suficiente para proteger os solos dos processos erosivos intensos a que estão sujeitos devido às culturas e usos agressivos que se dispõem, como pecuária e monoculturas agrícolas. A bacia apresenta a maior cobertura florestal na bacia do Paraíba do Sul, onde estão os mais expressivos remanescentes da Mata Atlântica.

Especificamente na área de estudo da futura UC Municipal caracteriza-se por vegetação secundária e terciária com diferentes estágios de

regeneração, variando parte em estágio inicial e parte em estágio médio, além de lavoura de eucalipto e área de pastagem.

Segue abaixo classificação e perfil do remanescente, segundo parâmetros da Resolução CONAMA 004, de 04 de maio de 1994:

“Art. 2º Vegetação secundária ou em regeneração é aquela resultante dos processos naturais de sucessão, após supressão total ou parcial da vegetação primária por ações antrópicas ou causas naturais, podendo ocorrer árvores remanescentes da vegetação primária.

I - Estágio inicial de regeneração:

- a) Nesse estágio a área basal média é de até 8 m² /ha;
- b) Fisionomia herbáceo/arbustiva de porte baixo; altura total média até 4 m, com cobertura vegetal variando de fechada a aberta;
- c) Espécies lenhosas com distribuição diamétrica de pequena amplitude: DAP médio até 8 cm;
- d) Epífitas, se existentes, são representadas principalmente por líquens, briófitas e pteridófitas, com baixa diversidade;
- e) Trepadeiras, se presentes, são geralmente herbáceas;
- f) Serapilheira, quando existente, forma uma camada fina pouco decomposta, contínua ou não;
- g) Diversidade biológica variável com poucas espécies arbóreas ou arborescentes, podendo apresentar plântulas de espécies características de outros estágios;
- h) Espécies pioneiras abundantes;
- i) Ausência de subosque;
- j) Espécies indicadoras: Biomas – Estágios sucessionais da vegetação da Mata Atlântica RESOLUÇÃO CONAMA nº 4 de 1994
174 RESOLUÇÕES DO CONAMA RESOLUÇÕES DO CONAMA
j.1) Floresta Ombrófila Densa: *Pteridium aquilium* (Samambaia-das-Taperas), e as hemicriptófitas *Melinis minutiflora* (Capim-gordura) e *Andropogon bicornis* (capim-andaime ou capim-rabo-de-burro) cujas ervas são mais expressivas e invasoras na primeira fase de cobertura dos solos degradados, bem assim as tenófitas *Biden pilosa*

(picão-preto) e *Solidago microglossa* (vara-de-foguete), *Baccharis elaeagnoides* (vassoura) e *Baccharis dracunculifolia* (Vassoura-braba)...

....II - Estágio médio de regeneração:

- a) Nesse estágio a área basal média é de até 15,00 m² /ha;
- b) Fisionomia arbórea e arbustiva predominando sobre a herbácea podendo constituir estratos diferenciados; altura total média de até 12 m;
- c) Cobertura arbórea variando de aberta a fechada, com ocorrência eventual de indivíduos emergentes;
- d) Distribuição diamétrica apresentando amplitude moderada, com predomínio dos pequenos diâmetros: DAP médio de até 15 cm;
- e) Epífitas aparecendo com maior número de indivíduos e espécies em relação ao estágio inicial, sendo mais abundantes na floresta ombrófila;
- f) Trepadeiras, quando presentes, são predominantemente lenhosas;
- g) Serapilheira presente, variando de espessura, de acordo com as estações do ano e a localização;
- h) Diversidade biológica significativa;
- i) Subosque presente;
- j) Espécies indicadoras:
 - j.1) Floresta Ombrófila Densa: *Rapanea Ferruginea* (Capororoca), árvore de 7,00 a 15,00 m de altura, associada a *Dodonea viscosa* (Vassoura-vermelha)."

USO DO SOLO / COBERTURA VEGETAL

Os municípios do Estado do Rio de Janeiro foram classificados segundo os Índices de Qualidade de Uso do Solo e da Cobertura Vegetal – IQUS.

Bom Jardim, com base no levantamento de 1994, tinha sua área distribuída da seguinte maneira: 7% de floresta ombrófila densa, 37% de vegetação

secundária e 54% de pastagens. Assim, o município se encaixava no cluster B1 – RODEIO/VERDE I, agrupamento com predomínio de pastagens, seguido por razoável cobertura de vegetação secundária.

Já em 2001, ocorreu equivalência de vegetação secundária e campo/pastagem. Houve redução de formações florestais para 4%, contra aumento de afloramento rochoso de 0,3 para 2,2%. A área urbana cresceu de 0,1 para 0,5% e a área degradada alcançou 1%. O segundo estudo classificou-o como pertencente ao cluster B2 - RODEIO/VERDE I, caracterizado por altos percentuais de campo/pastagem, média de 58% do território e de vegetação secundária, ocupando área média de 35%. Dentre as localidades deste 16 agrupamento, constam nove municípios da Região Serrana - Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Duas Barras, Macuco, Santa Maria Madalena, São José do Vale do Rio Preto, Sumidouro e Trajano de Moraes;

O IQM - Verde identifica, ainda, os Corredores Prioritários para a Interligação de Fragmentos Florestais (CPIF), ou Corredores Ecológicos, como foram denominados mais recentemente, para escolha de áreas de reflorestamento. Devido às atividades do homem, a tendência dos ecossistemas florestais contínuos, como as florestas da costa atlântica brasileira, é de fragmentação. O processo de fragmentação florestal rompe com os mecanismos naturais de auto - regulação de abundância e raridade de espécies e leva à insularização de populações de plantas e animais. A reversão da fragmentação apóia-se, fundamentalmente, no reflorestamento dos segmentos que unam as bordas dos fragmentos de floresta, vegetação secundária e savana estépica. Esses eixos conectores são denominados corredores. Segundo esses parâmetros, Bom Jardim necessitaria implantar 6.710 hectares de corredores ecológicos, o que representa 17,5% da área total do município

TURISMO RURAL

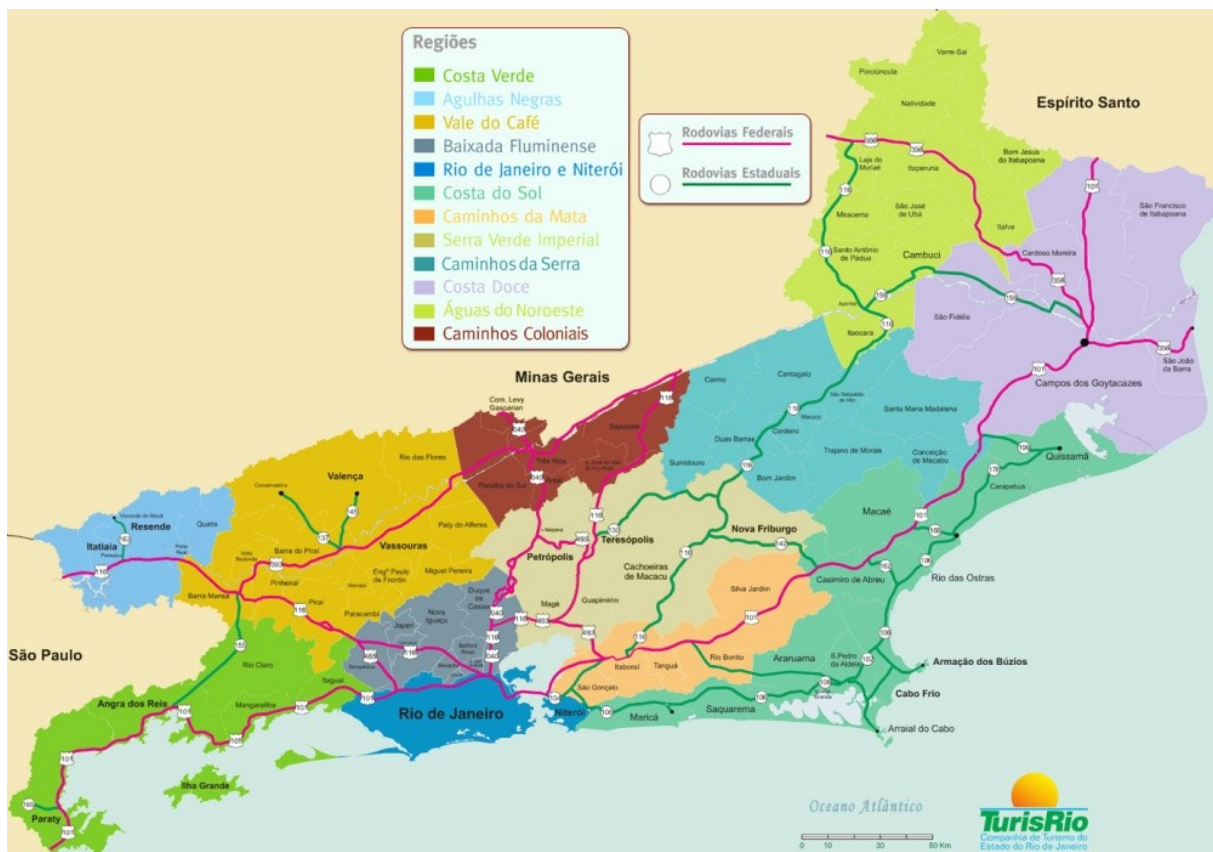
SERRA DE TURISMO NÃO CONSOLIDADO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Entende-se por Serra de Turismo Não-Consolidado a área que envolve os municípios de Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Santa Maria Madalena, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião

do Alto, Sapucaia, Sumidouro e Trajano de Moraes. É assim denominada pelo fato de as atividades turísticas não terem pleno desenvolvimento em comparação à área Serra de Turismo Consolidado.

Sua marca turística principal está relacionada ao turismo ecológico, justificada pela forte presença da Mata Atlântica, o que, em segundo plano, também atrai visitantes de locais históricos, praticantes de turismo de aventura e de turismo rural, sendo este último justificado pela presença de atividades agropecuárias na área no decorrer da sua evolução histórica. Entre os atrativos da área, há elementos naturais como cachoeiras, trilhas, mirantes e parques, que oferecem opções de natação e caminhadas, por exemplo. Daí a necessidade de preservação dessas riquezas naturais, para a manutenção de tais atividades, com destaque para a Reserva Ecológica Municipal dos Cambucás. Quanto ao turismo de aventura, estas áreas são utilizadas para a prática de arvorismo, trekking e canoagem. Com relação ao desenvolvimento histórico-cultural, são abertas visitas a museus e monumentos e às antigas construções (capelas, igrejas e casarões).

O turismo rural desenvolve-se com a presença de hotéis-fazenda, haras e exposições agropecuárias. Embora com atividades pouco desenvolvidas em relação às outras áreas turísticas do território fluminense, esta área possui potencial para crescimento e necessita de políticas públicas, a fim de valorizar suas principais características, uma vez que assim é possível o desenvolvimento econômico, principalmente no que tange à inserção da população local nessas atividades, gerando empregos, qualificando mão de obra e, conseqüentemente, elevando a qualidade de vida.



REGIÃO SERRA NORTE = CAMINHOS DA SERRA

Uma das doze regiões turísticas do estado do Rio de Janeiro, a Caminhos da Serra, está empenhada em potencializar sua oferta de atividades, rotas e serviços entre seus visitantes. Em reunião com o secretário de Estado de Turismo, Nilo Sergio Felix, representantes de Bom Jardim, Cantagalo, Duas Barras e Santa Maria Madalena apresentaram a intenção de desenvolver o turismo nas cidades da Região.

A proposta do Conselho do Regional de Turismo de Caminhos da Serra é formar uma parceria com o Governo do Estado, para que sejam sugeridas novas rotas turísticas para os municípios que compõem a região. Ricas em fauna e flora nativas, as cidades de Caminhos da Serra contam com trilhas,

cachoeiras, cavalgadas, edificações de rico valor histórico, entre outras atrações.

Caminhos da Serra conta com um catálogo de riquezas naturais e históricas muito importantes.

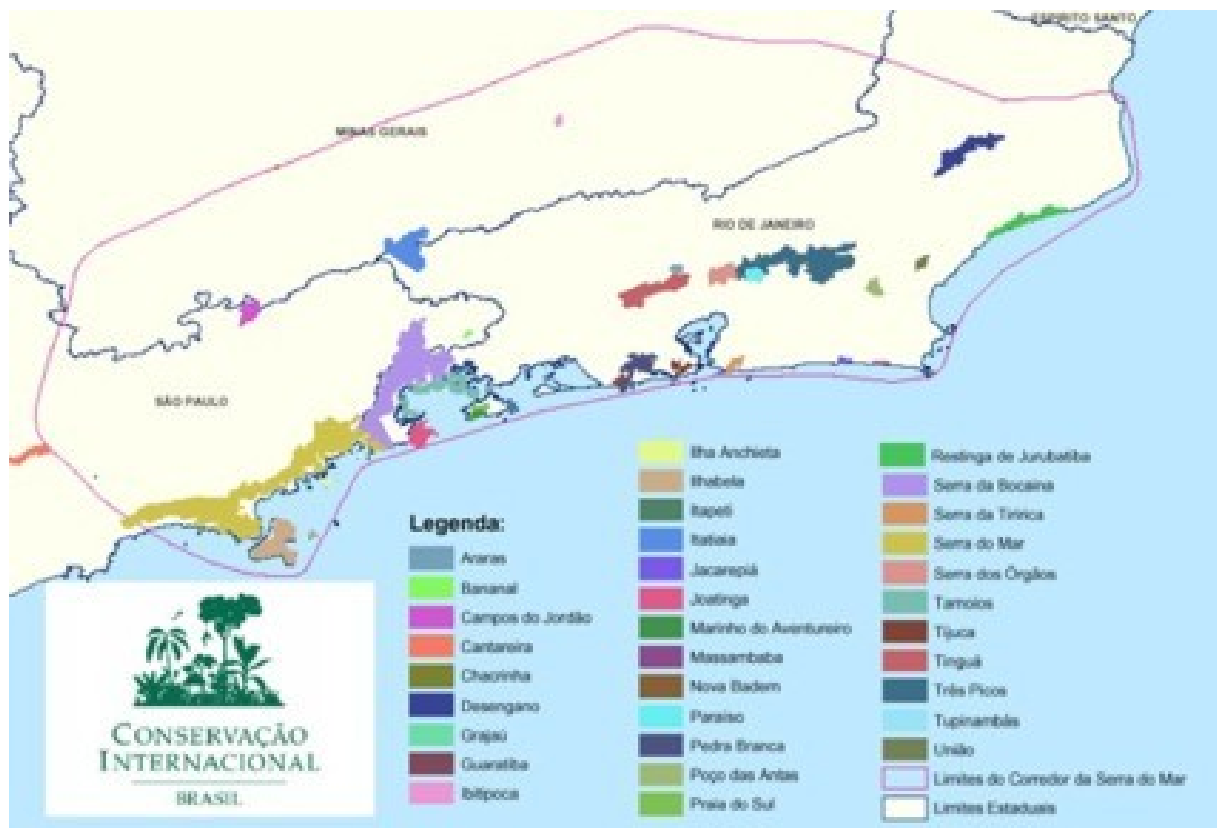
CORREDORES DE BIODIVERSIDADE

Corredores de Biodiversidade integram diferentes escalas de proteção ambiental, desde a local até a regional. Um Corredor inclui porções suficientemente grandes e criteriosamente selecionadas de ambientes naturais, que representa, diferentes ecossistemas. O objetivo de um Corredor é aumentar a conexão entre remanescentes de paisagens permitindo o trânsito e as trocas genéticas de espécies no longo prazo. Grandes parcelas de habitats são necessárias para a manutenção da biodiversidade e dos processos ecológicos. Hoje, todas as oportunidades para a proteção permanente dessas grandes áreas devem ser aproveitadas. Às vezes, estas oportunidades são reduzidas, sobretudo na fragmentada Mata Atlântica.

Frequentemente, as Unidades de Conservação são muito pequenas e isoladas para proteger ecossistemas e processos evolutivos. Na maioria dos s áreas mais ricas e ameaçadas do planeta), os remanescentes de *habitat* não protegidos encontram-se gravemente ameaçados.

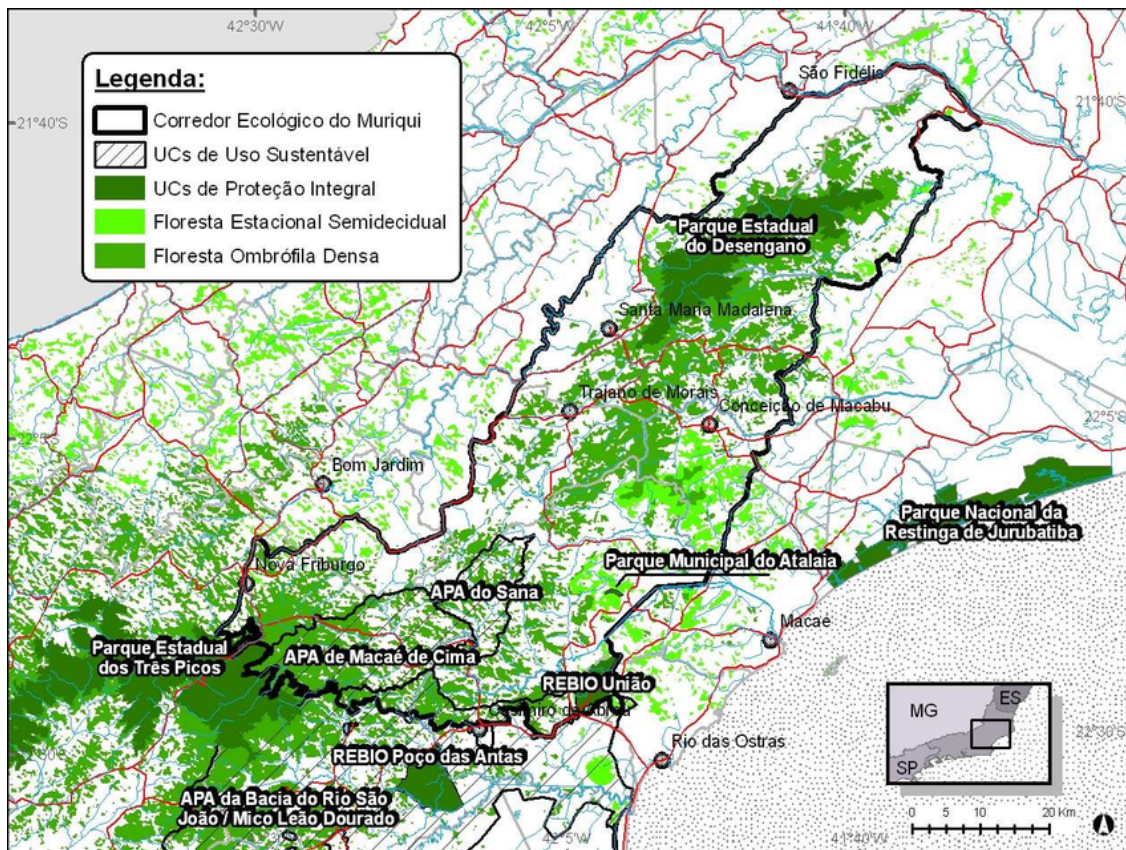
Na ausência de vastas extensões de habitats naturais contínuos buscam-se formas sustentáveis e pouco impactantes de uso do solo, permitindo a mobilidade e o intercâmbio genético da flora e fauna entre fragmentos.

Os Corredores de Biodiversidade também têm por objetivo incluir toda a sociedade civil nos processos práticos e políticos da conservação da biodiversidade, provando que a disponibilidade de recursos naturais no longo prazo depende da ação dos cidadãos de hoje. Por isso, o envolvimento ativos dos atores locais e o desenvolvimento de sua capacidade de planejamento e habilidade de implementação de ações de conservação são fundamentais para a sustentabilidade dos Corredores de Biodiversidade. (Aliança para Conservação da Mata Atlântica).



CORREDOR MURIQUI

Com o objetivo de aumentar a conectividade entre o Parque Estadual dos Três Picos e o Parque Estadual do Desengano, no Rio de Janeiro, o IBIO estruturou um programa de incentivo à restauração florestal na Serra Fluminense, entre 2009 e 2012, tendo o Muriqui (*Brachyteles spp.*) como espécie-alvo e mascote.



As principais ações foram:

- Levantamento de dados secundários e diagnóstico;
- Elaboração de projeto executivo para o programa (10 – 15 anos);
- Análise do potencial de conectividade da paisagem para identificação de áreas com aptidão para criação ou ampliação de unidades de conservação públicas e privadas;
- Elaboração de projetos de adequação ambiental e averbação de reserva legal de produtores rurais do corredor mapeado;
- Fortalecer e estruturar viveiros de produção de mudas nativas na região;
- Educação ambiental e comunicação.

Corredor Ecológico do Muriqui

A natureza agradece. A comunidade também.

Um corredor ecológico significa a proteção e recuperação de florestas, reconectando matas remanescentes. Passa também pela adoção de atividades produtivas ambientalmente amigáveis, que permitam o fluxo de animais e sementes entre as matas naturais. Uma iniciativa como essa traz, junto com a mata, benefícios para toda a comunidade: qualidade e disponibilidade de água, o favorecimento da produção agrícola, incentivo ao turismo e à economia local e mais qualidade de vida. Todos podem e devem participar. Procure a sede do projeto e saiba como.

Mapa



Escritório do Corredor Ecológico Muriqui
Rua de Quilates, nº 1, Centro - Santa Helena Reservoir
Tel: (201) 7971-1021 | e-mail: muriqui@corredorecológico.org.br

Área de abrangência



O Corredor Ecológico do Muriqui abrange cerca de 400 mil hectares. Ao longo de 10 anos, o projeto atuará nos municípios de Santa Maria Madalena, Conceição de Macabu, Trajano de Moraes, Bom Jardim, Nova Friburgo, Casimiro de Abreu, Macaé, Campos dos Goytacazes e São Fidélis.

Legenda

● Áreas focais de atuação do projeto.

O mascote

O Corredor Ecológico adotou o Muriqui como mascote, mas vai permitir o fluxo genético de toda a biodiversidade na área de atuação do projeto. Nativo dessa região, este é um dos animais mais ameaçados de extinção, devido à devastação do seu habitat original: a Mata Atlântica Brasileira.



O PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE BOM JARDIM - PNMBJ

Este capítulo apresenta uma definição geral e a classificação da categoria Parque seguida de uma sinopse da situação atual do PNMBJ.

DEFINIÇÃO DE PARQUE

Em linhas gerais, pode-se definir um Parque como uma área terrestre, de água doce ou marinha de domínio público, criada por Decreto, com limites precisos, onde a natureza, a paisagem e as construções ou fatos históricos são excepcionais, de tal forma que;

- Tem por função preservar a natureza e oferecer oportunidades de visitação, aprendizagem, interpretação, educação, pesquisa, recreação, inspiração, relaxamento e atividades espirituais ambientalmente compatíveis, assim como incrementar o turismo;
- Provê serviços ambientais como água limpa, redução da erosão, amenização do clima;
- Local onde é proibida a exploração de recursos naturais (solos, recursos minerais, águas, animais selvagens, madeira, plantas ornamentais);
- Uma propriedade e um patrimônio público inalienável;
- Um bem de uso comum do povo (artigo 99 da Lei no 10.406 de 10.01.2002 - Código Civil);
- Uma unidade administrativa do Município de Bom Jardim, com administrador nomeado, pessoal, infraestrutura, veículos, equipamentos e orçamento próprio;
- Administrado com base em Plano de Manejo, leis e regulamentos gerais, bem como por manuais de procedimentos elaborados pelo órgão central;

CLASSIFICAÇÃO

Parque é classificado como uma categoria de unidade de conservação de proteção integral pela Lei Federal no 9.985 de 18/07/00, conhecida como “Lei do SNUC” (Sistema Nacional de Unidades de Conservação)

De acordo com a Lei do SNUC (art 11), um Parque:

- Tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.
- É de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas.
- A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.
- A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento

CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO PARA CRIAÇÃO DA UC

PROPRIEDADE

Trata-se de uma área localizada dentro da zona urbana consolidada de Bom Jardim, possuindo em seu entorno bairros residenciais e comerciais, Bairro Novo Mundo e Bairro Campo Belo, se tornando um remanescente importante de mata atlântica. Com uso público consolidado, feito por municípios que realizam caminhadas em suas trilhas e demais atividades de lazer.

Criado em 1941, como Horto Florestal de Bom Jardim, foi redenominado, através da Lei nº 146, de 11 de outubro de 1983, para Horto Florestal Vereador Armando Rodrigues Costa. É contíguo à Área de Preservação Ambiental Estadual (APA) de Macaé de Cima, criada em 2001 e localizada no Município de Nova Friburgo.

Uma parte do Horto municipal abrigou a antiga lixeira do município, onde no ano de 2007 teve seus serviços encerrados, mantendo apenas em outra área um galpão para triagem e posterior encaminhamento do lixo para o aterro sanitário de Santa Maria Madalena.

No território do Horto Municipal estão locadas áreas que deverão ser incluídas no futuro Plano de Manejo da unidade de conservação a ser criada. Constam nos 58,25 hectares a estação de tratamento de água, cedido para a empresa CEDAE, um prédio público para atendimento da Vigilância Sanitária e CRAS Jardim Ornellas, a Escola Municipal Moreira Franco, um campo esportivo municipal, cedido ao Bom Jardim Futebol Clube, uma sede administrativa, área para camping e lazer com churrasqueiras, banheiros, gazebos, varandas e parquinhos infantis, trilhas ecológicas, um antigo Viveiro para produção de mudas de nativas, eucalipto e café que atualmente está desativado, Lavoura de Eucalipto para uso do município na manutenção de pontes e obras públicas, galpão da antiga usina de triagem de resíduos sólidos do município e galpão da secretaria de Obras onde serão instaladas as dependências do DETRAN – RJ, além de uma importante área de mata atlântica e pequena área de pastagem.

Enfim trata-se de área de vegetação oriunda da Mata Atlântica, cumprindo publicamente uma função botânica e ambiental para o núcleo urbano, aumento a convivência entre cidadãos com elementos da natureza, com uma nascente, conhecida no município por “Barro branco”, próximo ao bairro Campo Belo, que desagua no Rio Grande. A mata é composta por indivíduos arbóreos nativos e exóticos como:

Nome Vulgar	Espécime	Origem
Sucupira	<i>Pterodon emarginatus</i>	NATIVA
Sibipiruna	<i>Caesalpinia peltophoroides</i>	NATIVA
Quaresmeira	<i>Tibouchina grandiflora</i>	NATIVA
Pitanga	<i>Eugenia uniflora</i>	NATIVA
Pinhão Araucaria	<i>Araucaria angustifolia</i>	NATIVA
Peroba Rosa	<i>Aspidosperma polyneurom</i>	NATIVA
Pau Jacaré	<i>Pitadenia gonoacantha</i>	NATIVA
Pau Ferro	<i>Caesalpinia ferrea</i>	NATIVA
Fedegoso	<i>Senna macranthera</i>	NATIVA
Pau Brasil	<i>Caesalpinia echinata</i>	NATIVA
Palmito Jussara	<i>Euterpe edulis</i>	NATIVA
Paineira	<i>Chorisia glaziovii</i>	NATIVA
Jerivá	<i>Syagrus romanzoffiana</i>	NATIVA
Jatobá	<i>Hymenaea courbaril</i>	NATIVA
Jaracatiá	<i>Jacaratia spinosa</i>	NATIVA
Jacaranda	<i>Jacaranda cuspidifolia</i>	NATIVA
Mimoso/Caroba		
Ipê Roxo Bola/Roxo	<i>Tabebuia impetiginosa</i>	NATIVA
Ipê Rosa	<i>Tabebuia avellanedae</i>	NATIVA
Ipê Amarelo/Tabaco	<i>Tabebuia alba</i>	NATIVA
Ingá Cipó	<i>Inga edulis</i>	NATIVA
Goiaba	<i>Psidium guajava</i>	NATIVA
Cedro Rosa	<i>Cedrela fissilis</i>	NATIVA
Caviuna	<i>Dalbergia villosa</i>	NATIVA
Araça Do Mato	<i>Campomanesia guazumifolia</i>	NATIVA
Angico Rosa	<i>Parapitadenia rigida</i>	NATIVA
Abacateiro	<i>Persea pyrifolia</i>	NATIVA
ameixa-amarela	<i>Eriobotrya japonica</i>	EXÓTICA
<i>Limão Galego</i>	<i>Citrus aurantifolia</i>	EXÓTICA
Embaúba	<i>Cecropia angustifolia</i>	NATIVA
Samambaiçu	<i>Dicksonia sellowiana</i>	NATIVA
Eucalipto	<i>Eucalyptus</i>	EXÓTICA

Levantamento da Fauna:

MAMÍFEROS

XENARTHRA

NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	AMOSTRAGEM
Tatu Galinha	<i>Dasyus SP.</i>	Entrevista/locais
Tatu Peba	<i>Euphractus sexcintus</i>	Entrevista/locais
Tatu Mirim	<i>Dasyus septencinetus</i>	Entrevista/locais
Tamanduá Bandeira	<i>Myrmecophaga tridactyla</i>	Entrevista/locais

CARNIVORA

NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	AMOSTRAGEM
Mão Pelada	<i>Procyon cancrívoros</i>	Entrevista/locais
Irara	<i>Eira Barbara</i>	Entrevista/locais

PASSEIFORMES

NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	AMOSTRAGEM
Canário da Terra	<i>Sicalis flaveola.</i>	Visualização
Coleiro	<i>Sporophila caerulenscens</i>	Visualização
Trinca Ferro	<i>Saltador similis</i>	Entrevista/locais
Bem-Te-Vi	<i>Pitangus sulphuratus</i>	Vocalização
Tucano-grande	<i>Ramphastos toco.</i>	Entrevista/locais
Sanhaço-cinzento	<i>Tangara sayaca</i>	Visualização
João de Barro	<i>Furnarius rufus</i>	Visualização
Jacu de Barriga Castanha	<i>Penelope ochrogaster</i>	
Sabiá	<i>Turdus rufiventris</i>	Visualização

SQUAMATA

NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	AMOSTRAGEM
Teiú	<i>Tupinambis merianae</i>	Visualização

SERPENTES

NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	AMOSTRAGEM
Cobra coral	<i>Micrurus sp.</i>	Entrevista/locais
Jararaca	<i>Bothrops sp.</i>	Visualização
Limpa Campo	<i>Clelia clelia</i>	Entrevista/locais
Jararacuçu	<i>Bothrops jararacucu</i>	Entrevista/locais

FOTOS DA PROPRIEDADE





Gestão de resíduos sólidos.

Quando falamos do espaço do Horto Municipal não podemos deixar de falar de resíduos sólidos, visto ter sido o espaço utilizado para descarte e mais tarde triagem do mesmo.

O Município de Bom Jardim, como vários outros Municípios, na década de 90 aderiu ao Programa Federal “Pró Lixo”, que alocou em várias cidades do país usinas de triagem e reciclagem. Assim, foi contemplado com uma usina de triagem e reciclagem.

Muitas iniciativas do referido programa foram fracassadas em virtude da inviabilidade do formato pensado à época. Tal cenário também ocorreu em Bom Jardim, mas, mesmo operando abaixo de seu potencial, a usina funcionou até anos recentes, sendo posteriormente desativada. Não obstante a precária triagem e reciclagem feitas, o “lixão” instalado dentro do Horto Municipal há mais de 30 anos continuava sendo a opção de descarte irregular e destino final de tudo que a usina não processava ou rejeitava.

No ano de 2007, um deslizamento de lixo dentro do Horto Municipal evidenciou a complexidade do problema negligenciado há décadas, exigindo da então Administração Municipal uma resposta urgente. A saída mais viável no momento foi a remoção de todo o lixo superficial para o aterro sanitário localizado no Município de Santa Maria Madalena-RJ.

Visando evitar os erros do passado, decidiu-se que, até que o Município fosse capaz de reestabelecer e amadurecer sua política de gerenciamento de resíduos, os mesmos seriam destinados em aterro sanitário conforme as exigências legais.

A partir de então, de 2007 a 2011, no Município de Bom Jardim passou-se a operar somente as atividades de transporte, transbordo, triagem, ou seja, o lixo coletado no Município seguia para o local de transferência, onde, encarretados, seguiam para o aterro sanitário no Município de Santa Maria Madalena-RJ.

No modelo vigente até 2011, a gestão dos resíduos (coleta, transbordo/triagem/transporte e destinação final era operado por 06 (seis) empresas diferentes: 04 (quatro) empresas operavam 04 rotas de coleta, 01 (uma) empresa operava o transbordo, triagem e o transporte e 01 (uma) empresa operava a destinação final. O apoio dos caminhões era cedido pelo Município (coleta e transbordo).

Tal modelo de gestão dos resíduos sólidos, além de apresentar dificuldades de administração, identificação de responsabilidades e gestão, foi objeto de questionamentos dos órgãos ambientais e Ministério Público, tendo

em vista inadequações operacionais, condições precárias de trabalho, falta de estudos prévios e por fim a falta de licenciamento de tais atividades.

Nesse sentido, tais problemas ocasionaram multas e infrações perante os órgãos ambientais. Ante esse contexto, em meados de 2011 a Secretaria Municipal de Meio Ambiente começou a articular mudanças junto às empresas atuantes no setor através de reuniões, visitas de monitoramento e notificações formais aos responsáveis diretos e indiretos pela gestão dos resíduos.

Posteriormente, visando aprimorar sua gestão e atender as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS – Lei Federal 12.305/2012), houve a reformulação do modelo de gerenciamento até então praticado, com intervenções fiscais e mudanças na prestação dos serviços, tudo formalizado através de devida licitação.

A primeira iniciativa foram obras de reforma e adequação emergencial da Usina de Triagem, que estava desativada. Assim, foram retomados os serviços de triagem e reciclagem no Município. Desde 2012, uma única empresa, através de um único contrato, presta serviços de coleta, recepção, triagem e reciclagem dos resíduos sólidos urbanos, administra a Usina de Transferência Municipal (área de transbordo) e faz transporte intermunicipal dos rejeitos.

A coleta contempla 94% (noventa e quatro por cento) da área do município. Os rejeitos de resíduos sólidos urbanos são encaminhados para aterro sanitário localizado no Município de Santa Maria Madalena-RJ.

Em março de 2015, mais um grande avanço ocorreu, o Município exigiu que fosse retirado da área de estudo a Usina de Triagem e transferida para área de competência da empresa vencedora dos certames licitatórios. Hoje a Usina de triagem está locada no Distrito de Barra Alegre.

Área de estudo para criação da Unidade de Conservação.



JUSTIFICATIVA PARA CRIAÇÃO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE BOM JARDIM.

O Horto Municipal Eliezer Silveira Dias, na última década sediou atividades como a estufa de produção de mudas nativas/lavouras da Secretaria de Agricultura, Usina de Triagem de lixo da Secretaria de Meio Ambiente e a administração da Secretaria de Obras do Município. Hoje, essas atividades encontram-se extintas, e o horto com pouco uso pela municipalidade e sociedade. O Horto Municipal, mesmo subutilizado, desempenha função de preservação, mas sem a devida formalidade, por não se tratar de uma Unidade de Conservação da Natureza. Nesta conjuntura de informalidade o Município perde a possibilidade de gerar recursos no ICMS VERDE.

O desejo de preservação do Horto Municipal consta registrado na Lei Orgânica do Município (Art.274, da Lei Orgânica do Município BJ/1990) e a mesma intenção de preservação ambiental foi reproduzida na Lei Complementar nº 076/2006 (L.C. 076/06, Capítulo II Art 14, inciso II – referente ao Plano Diretor Participativo).

Desta forma a criação efetiva de uma Unidade de Conservação aos moldes da Lei Federal nº 9985 (Lei do SNUC), contemplando os graus básicos de implantação, como regularidade fundiária previsão de sede administrativa, infraestrutura de fiscalização e controle de demais instrumentos de gestão e operação da Unidade, pode mudar abruptamente a parcela, o índice do Município no cálculo de distribuição do ICMS Ecológico.

Devido as características ambientais e ecológicas da área; as trilhas e infraestruturas existentes; o uso público realizado e consolidado pela população; o potencial para visitação e desenvolvimento de atividades de educação ambiental constatado na área pela equipe técnica do Programa de apoio a Criação e implementação de Unidades de Conservação Municipais (ProUC), da Secretaria de Estado do Ambiente; a potencialidade ecoturística da região de inserção da futura UC; a totalidade da área de estudo ser pública, sendo parte cedida por órgãos públicos ao município; a categoria que melhor se enquadra para a Unidade de Conservação é uma que concilie a

preservação da natureza e admita apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, ou seja, uma UC da categoria de Proteção Integral, sendo o Parque definido tecnicamente.

O objetivo principal desta UC será de preservar, recuperar e, de acordo com a necessidade do manejo, restaurar, os ambientes e ecossistemas naturais em toda área do parque e sua zona de amortecimento, reestabelecendo o equilíbrio entre flora e fauna, recursos hídricos, e as ações humanas, de acordo com a categorização proposta pela Lei do SNUC.

A Gestão da Unidade de Conservação ficará sob responsabilidade da Secretaria de Meio Ambiente de Bom Jardim que deverá antes da elaboração de seu Plano de Manejo, definir regras de uso, de proteção, dentre outras, com a participação da sociedade. Além disso, criar num prazo de 180 (cento e oitenta dias) o Conselho Consultivo da Unidade de Conservação e tornar a UC acessível aos visitantes, manejando trilhas de uso consolidado, atrair a população local e estimular os visitantes a realizarem práticas esportivas e de interpretação ambiental, na UC, em contato direto com a natureza.

ZONEAMENTO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

A delimitação de setores ou zonas com objetivos de manejo e normas específicas será definida com a elaboração de estudos mais detalhados, feito através do Plano de Manejo da Unidade de Conservação.

CONSELHO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

O conselho será instituído, após a assinatura do decreto de criação do Parque Natural Municipal, os nomes de seus integrantes serão inseridos posteriormente ao processo administrativo aberto pela Secretaria de Meio Ambiente.

PLANO DE MANEJO

É um documento técnico, fundamentado nos objetivos da unidade de conservação, que estabelecerá o zoneamento e as normas que devem

presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, incluindo também as áreas destinadas às construções necessárias a gestão da UC.

ZONA DE AMORTECIMENTO

É o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estarão sujeitas a normas e restrições específicas, sua área de abrangência é definida com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade de conservação. Será estabelecido no Plano de Manejo. Até a elaboração e aprovação do Plano de Manejo, com a definição da Zona de Amortecimento serão formalizadas e implementadas ações de proteção e fiscalização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a consulta pública, as seguintes atividades serão executadas:

- Revisão do Estudo à luz das propostas da Consulta Pública;
- Edição da Proposta Oficial e Minuta Final do Decreto de Criação;
- Assinatura do Decreto de criação pelo Prefeito;
- Designação do Administrador do Parque Natural Municipal de Bom Jardim;
- Cadastramento da UC no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação e ICMS;
- Elaboração do Projeto de Implantação do Parque Natural Municipal de Bom Jardim;
- Apresentação do Projeto de Implantação do Parque Natural Municipal de Bom Jardim à Câmara de Compensação;
- Implantação de Sede Provisória recrutamento e treinamento da equipe;
- Montagem do Conselho de Gestão;
- Elaboração do Plano de Manejo;
- Execução do Plano de Manejo;

O Anexo I contém o Mapa do Parque Natural Municipal de Bom Jardim e entorno enquanto o Anexo II apresenta o memorial descritivo dos limites e dos setores e o Anexo III o registro fotográfico.

ANEXO I MEMORIAL DESCRITIVO



Planilha da Poligonal:

Caminho / Sentido Anti horário:

Vért.	Longitude UTM	Latitude UTM	Elevação	Vante	Azimute	Rumo
M1	765373.00 m E	7547105.00 m S	577,00	M2	0°,00' 01,24"	NE
M2	765782.00 m E	7547126.00 m S	581,00	M3	38°,10' 28,82"	NE
M3	765896.00 m E	7547271.00 m S	625,00	M4	326°,53' 19,17"	NO
M4	765881.00 m E	7547294.00 m S	626,00	M5	57°,43' 27,68"	NE
M5	765995.00 m E	7547366.00 m S	663,00	M6	47°,26' 49,38"	NE
M6	766056.00 m E	7547422.00 m S	655,00	M7	28°,06' 47,55"	NE
M7	766095.00 m E	7547495.00 m S	645,00	M8	307°,43' 58,96"	NO
M8	766011.00 m E	7547560.00 m S	661,00	M9	272°,15' 37,81"	NO
M9	765935.00 m E	7547563.00 m S	689,00	M10	354°,55' 13,41"	NO
M10	765931.00 m E	7547608.00 m S	692,00	M11	53°,18' 37,00"	NE

M11	766135.00 m E	7547760.00 m S	634,00	M12	355°,14' 10,89"	NO
M12	766131.00 m E	7547897.00 m S	635,00	M13	334°,54' 18,34"	NO
M13	765928.00 m E	7548050.00 m S	629,00	M14	316°,52' 40,36"	NO
M14	765818.00 m E	7547893.00 m S	707,00	M15	221°,04' 04,42"	NO
M15	765700.00 m E	7548019.00 m S	683,00	M16	221°,04' 04,42"	NO
M16	765490.00 m E	7547778.00 m S	730,00	M17	247°,13' 03,34"	NO
M17	765340.00 m E	7547715.00 m S	757,00	M18	317°,27' 14,51"	NO
M18	765273.00 m E	7547788.00 m S	746,00	M19	272°,04' 57,24"	NO
M19	765218.00 m E	7547790.00 m S	749,00	M20	220°,59' 08,97"	SO
M20	765165.00 m E	7547729.00 m S	742,00	M21	266°,16' 33,39"	SO
M21	764996.00 m E	7547718.00 m S	755,00	M22	194°,38' 23,68"	NE
M22	764932.00 m E	7547473.00 m S	746,00	M23	61°,58' 23,82"	NE
M23	765257.00 m E	7547646.00 m S	775,00	M24	146°,43' 30,40"	SE
M24	765320.00 m E	7547550.00 m S	747,00	M25	97°,07' 30,06"	SE
M25	765408.00 m E	7547539.00 m S	744,00	M1	184°,36' 38,34"	SO

Segmentos / Confrontantes / Distância:

Segmento	Confrontante / Ponto de Referencia	Distância (metros)
<u>M1 a M2</u>	Avenida Walter Vendas Rodrigues / Inicial	422,50
<u>M2 a M3</u>	Bairro Novo Mundo	173,44
<u>M3 a M4</u>	Bairro Novo Mundo / Entrada da antiga Usina de Lixo	20,27
<u>M4 a M5</u>	Bairro Novo Mundo	125,23
<u>M5 a M6</u>	Bairro Novo Mundo	83,05
<u>M6 a M7</u>	Bairro Novo Mundo / Conjunto CEHAB	88,29
<u>M7 a M8</u>	Bairro Novo Mundo / Conjunto CEHAB	100,84
<u>M8 a M9</u>	Conjunto CEHAB	61,62

<u>M9 a M10</u>	Conjunto CEHAB	47,21
<u>M10 a</u>	Conjunto CEHAB	268,27
<u>M11</u>		
<u>M11 a</u>	Conjunto CEHAB / Rodovia RJ 116	129,66
<u>M12</u>		
<u>M12 a</u>	Rodovia RJ 116 / Campo Bom Jardim FC	268,69
<u>M13</u>		
<u>M13 a</u>	Rodovia RJ 116 / Campo BJFC / Estrada do Horto	114,51
<u>M14</u>		
<u>M14 a</u>	Estrada do Horto	131,89
<u>M15</u>		
<u>M15 a</u>	Estrada do Horto	302,47
<u>M16</u>		
<u>M16 a</u>	Estrada do Horto / Área de Walter Frezzi	176,35
<u>M17</u>		
<u>M17 a</u>	Estrada do Horto / Área de Walter Frezzi	103,41
<u>M18</u>		
<u>M18 a</u>	Estrada do Horto	55,32
<u>M19</u>		
<u>M19 a</u>	Estrada do Horto	90,49
<u>M20</u>		
<u>M20 a</u>	Estrada do Horto / Área de Elton Torres / Pedra Redonda	179,57
<u>M21</u>		
<u>M21 a</u>	Estrada do Horto / Área de Domingos Bérghamo / Torre TV	265,48
<u>M22</u>		
<u>M22 a</u>	Bairro Campo Belo / Formação Rochosa	360,35
<u>M23</u>		
<u>M23 a</u>	Bairro Campo Belo / Formação Rochosa	130,13
<u>M24</u>		
<u>M24 a</u>	Bairro Campo Belo / Formação Rochosa	97,34
<u>M25</u>		
<u>M25 a M1</u>	Bairro Campo Belo / Subestação de Energia ENEL	419,90

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 39 WGr, fuso 24S, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Denominação da Unidade de Conservação: -

Localidade:

BAIRROS NOVO MUNDO E CAMPO BELO, BOM JARDIM/ RJ.

Latitude / Longitude

22° 09' 35.52" S 42° 25' 25.97" O ele. 605 m

Área da propriedade 582.565,57 m² / 58,25 HECTARES

DETENTOR

Nome: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM

Endereço PRAÇA GOVERNADOR ROBERTO SILVEIRA, Nº 44 - CENTRO

BOM JARDIM/RJ CEP 28.660.000

E-mail Telefone/Fax (22)25662460

CNPJ : 28 561 041/0001-76

COMPROMETIMENTO INSTITUCIONAL / RESPONSÁVEIS:

HUDSON RODRIGUES DE SOUZA

RESPONSÁVEL TÉCNICO

ENGENHEIRO CIVIL/

ENFASE AMBIENTAL

GISELA SORRENTINO ENNES

RESPONSÁVEL TÉCNICO 2

BIÓLOGA

JACKSON VOGAS DE AGUIAR
RESPONSÁVEL EXECUTIVO
SECRETARIA M. DE PROJETOS
ESPECIAIS .

RHAMON M. FREITAS MOREIRA
RESPONSÁVEL EXECUTIVO
ASSESSOR DE CONTRATOS E
CONVÊNIOS.

VISTO:

ANTÔNIO CLARET G. FIGUEIRA
RESPONSÁVEL EXECUTIVO
PREFEITO MUNICIPAL